

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ano económico de 2011

1. Introdução

A Câmara Municipal apresenta nos termos legais, alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas do ano de 2011. Aquela norma define como competência do executivo, “*elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo*”, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do referido diploma legal, “*Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas*”, e Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, os documentos de prestação de contas¹ da Gerência referente ao exercício financeiro de 2011.

As verbas postas à disposição do Executivo, quer provenientes das Receitas Próprias do município, quer das Transferências (do OE - Orçamento do Estado ou Outras), quer de outra proveniência (Capitais Alheios) foram administradas em obediência aos princípios orçamentais e contabilísticos fundamentais, dos quais destacamos, o do equilíbrio e o da prudência, tendo sido possível obstar-se a quaisquer situações de aperto orçamental, o que possibilitou o cumprimento de uma parte das responsabilidades financeiras assumidas, efectuando uma política de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros, de uma forma moderada, devido aos atrasos verificados nas transferências dessas verbas.

¹ POCAL – 1.1. - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimentos, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras.
2.2. – Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas, consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

Os documentos de planeamento da gestão do actual executivo, identificados nas Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, estabeleceram para 2011, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, definindo os projectos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua concretização.

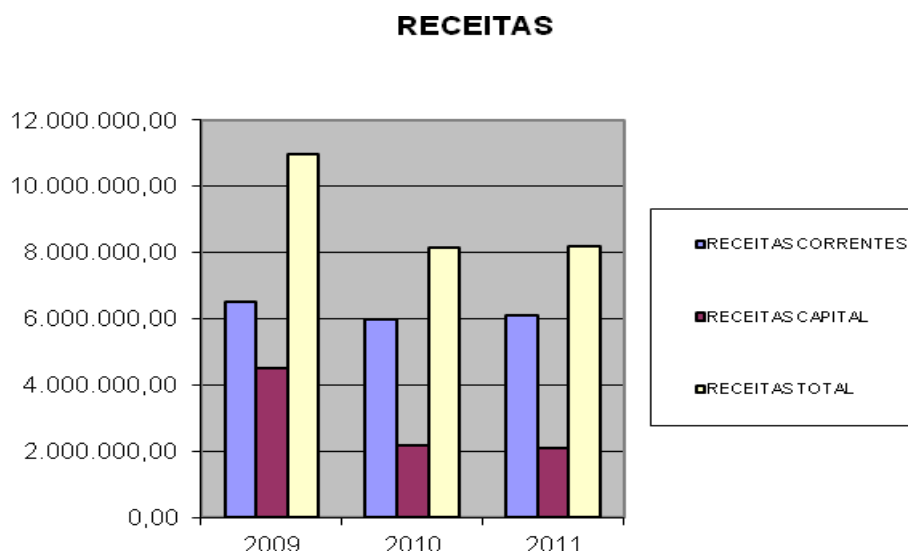
Findo o exercício de 2011, é possível afirmar que a actividade da Câmara Municipal, no decurso desse período, contribuiu para melhorar a imagem do concelho na região onde se encontra inserido.



Seguidamente, fazemos uma análise dos principais elementos da execução orçamental – resultado financeiros.

2 – ANÁLISE FINANCEIRA

2.1.– RECEITAS



As receitas arrecadadas neste ano, ascenderam a **8.187.644,47** euros (8.127.742,96 euros em 2010), assim distribuídas:

DESIGNAÇÃO/ANOS/ Δ	2009	%	2010	%	2011	%	Δ 2010/2011
RECEITAS CORRENTES	6.491.873,69	59,1%	5.968.539,08	73,4%	6.101.560,35	74,5%	2,23%
RECEITAS DE CAPITAL	4.487.483,37	40,9%	2.159.203,88	26,6%	2.086.084,12	25,5%	-3,39%
RECEITA TOTAL	10.979.357,06	100	8.127.742,96	100	8.187.644,47	100	0,74%

Verificou-se que, no ano de 2011, a receita teve um aumento de 59.901,51€, em comparação a 2010. Enquanto as receitas correntes aumentaram 133.021,27€, nas receitas de capital, que são afetadas diretamente ao investimento, verificamos uma diminuição de 73.119,76€. Temos constatado que estas receitas encontram-se numa tendência decrescente ao longo destes últimos anos, o que tem condicionado o investimento ou a realização dos projetos mais importantes.

Como referido no parágrafo anterior, o decréscimo verificado nas receitas de capital condiciona a atividade do executivo. No entanto, e neste ano económico, o aumento das receitas correntes diminuiu o efeito desse resultado, pelo que não afetou a dívida da autarquia, constatado na redução do prazo médio de pagamento a terceiros.

No entanto, tal evidência vem contrariar a vontade de fazer-se mais pelo concelho, porque há muitos investimentos a realizar.

Assim, recorrendo à informação contida nestes documentos e estabelecendo algumas comparações, com os dados publicados na página da autarquia - Prestação de contas de 2010 - constatamos que a receita, nas duas componentes, teve as seguintes variações mais significativas:

I – Receitas Correntes

01 – Impostos directos

Verificamos um aumento de **131.657,30€**, constatado na generalidade das rubricas destes impostos²: IMI (+64.460,39€); IUC (+11.023,43€); IMT (+43.254,33€); Derrama (+13.514,40€). Podemos considerar satisfatória a variação apresentada neste conjunto de rubricas, caso se considere as opiniões transmitidas em como os municípios deveriam ter mais receitas desta natureza e não dependerem tanto das transferências do Orçamento de Estado.

02 – Impostos indirectos

A receita neste grupo teve uma inversão da tendência verificada nos últimos anos e constatou-se um aumento de **23.771,09€**, passando de 16.148,36€ (em 2010) para 39.919,45€ (em 2011), com aumentos em todas as rubricas, com exceção da “Publicidade” e “Aferição de pesos e medidas” que tiveram uma pequena diminuição nas receitas arrecadadas. Os aumentos derivaram de licenciamentos industriais, com a receita arrecadada na rubrica “Loteamentos e obras” a aumentar 9.034,61€, acompanhada por "Outros impostos indirectos" onde o aumento foi de 14.820,11€, e, nos quais as “Fotocópias de processos de empreitada e fornecimentos” tiveram o maior aumento (13.047,07€).

² A soma destas variações não corresponde ao aumento indicado, porque não incluímos outras parcelas, sem significado para a análise.

04 – Taxas, multas e outras penalidades

No computo geral tiveram um acréscimo de **6.938,97€**. Mas, parcialmente, verificam-se flutuações distintas. Nas taxas, verificaram-se aumentos em “Loteamentos e obras” (+23.898,50€), em “Ocupação da via pública” (+1.317,43€) e “Serviços prestados de secretaria” (+2.045,08€). Contudo, nas demais destacam-se diminuições nas taxas arrecadadas com o “Registo e condução de veículos” (-531,35€) e “Saneamento” (-17.912,77€), cuja receita deixou de ser arrecadada pelo município devido à concessão realizada com a AdRA.

Na rubrica “Multas e outras penalidades” constatou-se uma diminuição de -1.309,30€.

05 – Rendimentos de propriedade

Nesta rubrica registamos um ligeiro aumento (**1.267,93€**), resultante dos acréscimos verificados nas receitas arrecadadas com juros (871,93€) e participação nos dividendos repartidos e pagos pela ERSUC (396,00€).

06 – Transferências correntes

As transferências correntes aumentaram **23.955,77€**. Contudo, verificaram-se variações distintas entre rubricas. O “Fundo de Equilíbrio Financeiro” diminuiu 112.379,90€ (-3,89%), tal como o “Fundo Social Municipal” que reduziu 12.902,00€ (-5,46%). Constataram-se outras reduções: em “Companhias de seguros” (-3.058,71€) e “Freguesias” (-8.889,90€). Por outro lado, constataram-se aumentos, por exemplo, os mais significativos, em “Feder (Pepal...FSE)”³ com um acréscimo de 131.177,23€ e “Famílias” com uma variação de 25.404,91€⁴.

07 – Venda de bens e serviços

A venda de bens e serviços decresceu novamente (**-39.133,37€**), com variações distintas. Isto é, a “venda de bens” decresceu (-67.098,89€) devido à transferência do serviço de abastecimento de água para a AdRA (através da

³ Plano Municipal da Promoção da Acessibilidade e Projeto da Eficiência Hídrica

⁴ Aumento do número de escolas abrangidas e uma maior adesão dos alunos/famílias.

concessão) e aumentou a “venda de serviços” (+22.148,36€), neste último grupo, com variações distintas entre rubricas, que, no seu conjunto, contribuíram favoravelmente para o aumento constatado na receita arrecadada.

08 – Outras receitas correntes

Neste grupo classificamos as receitas provenientes de reembolsos de IVA, reposição não abatidas nos pagamentos e constatamos uma diminuição nas receitas de **-15.436,42€**⁵.

Desta forma se justifica o aumento constatado de **133.021,27€**, nas **receitas correntes**, correspondendo a um aumento relativo de 2,23%, inferior à inflação constatada no final do ano, o que se pode traduzir numa redução da receita efetiva da autarquia.

O grau de execução financeira das receitas corrente foi de **96,4%**⁶, em relação ao orçamento corrigido.

II – Receitas de Capital

Agora, vamos passar à apreciação das variações nas receitas de capital, muito importantes, porque servem, exclusivamente, para o investimento.

09 – Venda de bens de investimento

A receita foi insignificante (950,10€).

10 – Transferências de capital

Embora sendo o grupo com maiores registos efetuados (2.067.939,97€), teve um decréscimo de 74.665,85€, repetindo a diminuição verificada no ano anterior, pese embora ter sido menor que a variação constatada em 2010 (-1.219.192,98€),

⁵ "IVA - Inversão da Liquidação (-2.749,95€); Reposições não abatidas nos pagamentos (-12.686,47€); Outras Receitas Correntes (9.100,57€)
⁶ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 1 (Em 2010 = 97,6%)

veio a condicionar o lançamento de projectos ou a aquisição de bens de investimento.

As maiores variações verificaram-se nas transferências das “Sociedades financeiras e quase financeiras⁷” (-43.195,68€), da “Administração Central” (-11.821,00€). Nas transferências da administração central constataram-se variações diferentes: uma diminuição no “Fundo de Equilíbrio Financeiro” (-105.900,00€), compensado pelo aumento em “Outras receitas do Estado⁸” (94.079,00€).

Dos “Serviços e fundos autónomos” receberam-se 17.662,13€⁹, vindo a amenizar a variação constatada nas transferências de capital.

11 – Activos financeiros

Foram registados 17.085,39€, provenientes de reembolsos de empréstimos concedidos ao abrigo do programa FINICIA (com mais 13.933,18€, que no ano anterior).

12 – Passivos financeiros

Neste capítulo aparecem os valores referentes à utilização de empréstimo no ano económico.

No ano de 2011, não foi contratualizado e utilizado qualquer empréstimo.

13 – Outras receitas de capital

Neste grupo não foi registado qualquer movimento.

Portanto, as receitas de capital arrecadadas no ano de 2011, ascenderam a **2.086.084,12€**, quando no ano transacto foram de **2.159.203,88€**, correspondendo a uma variação de **-73.119,76€**.

O grau de execução financeira das receitas de capital ficou-se pelos **45,6%**¹⁰, em relação ao orçamento corrigido.

Em termos globais, a **realização da receita** atingiu **71,6%**¹¹, ficando muito aquém do valor desejado.

⁷ Bancos (garantias prestadas) e Seguradoras (indenizações)

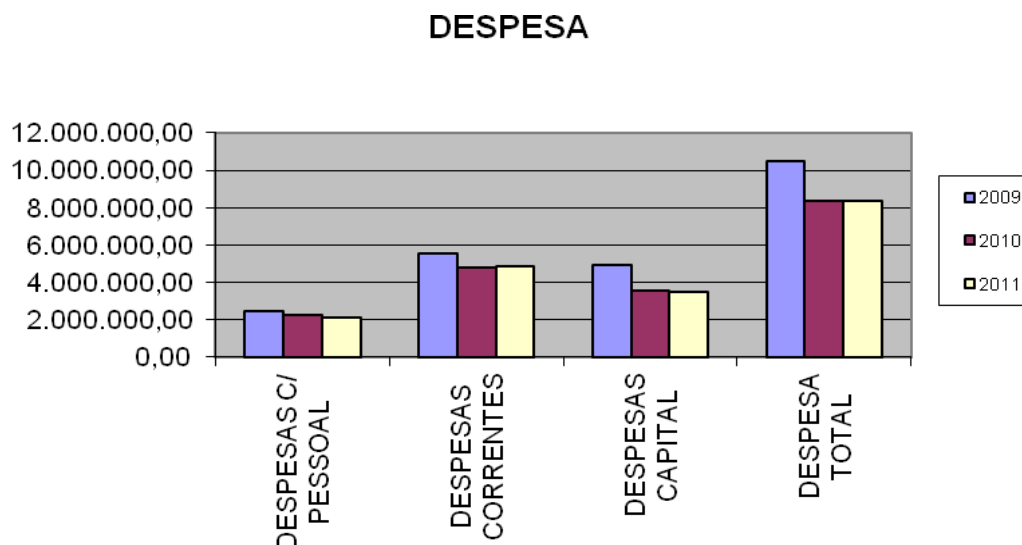
⁸ IPLB

⁹ Projeto das Galerias Ripícolas

¹⁰ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 4 (Em 2010 = 39,1%)

¹¹ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 6 (Em 2010 = 65,3%)

2.2. – DESPESAS



2.2.1. – Despesa Global

Em termos gerais,

As despesas ascenderam a 8.332.515,59€, distribuídas em 58,2% por despesas correntes e 41,8% em despesas de capital, respetivamente, 4.848.391,94€ e 3.484.123,65€, com um aumento global de apenas 0,12%.

Comparando com 2010, verificamos, um aumento de 10.294,86€ nas Despesas Totais, distribuída como se representa no seguinte mapa:

Despesa	2010	2011	Diferença	Δ
Corrente	4.757.079,40 €	4.848.391,94 €	91.312,54 €	1,92%
Capital	3.565.141,33 €	3.484.123,65 €	-81.017,68 €	-2,27%

TOTAL	8.322.220,73 €	8.332.515,59 €	10.294,86 €	0,12%
--------------	-----------------------	-----------------------	--------------------	--------------

O aumento na despesa corrente será justificado no ponto seguinte, onde, através do quadro resumo da execução da despesa, poderemos verificar as variações nas principais rubricas.

As despesas de capital tiveram uma diminuição, em parte, devido à execução orçamental das receitas de capital e, por outro lado, de forma negativa, pela necessidade de abrandamento no “Investimento” que poderá ser apreciado no ponto 6.2, através do quadro apresentado e respetivas justificações.

2.2.2. – Execução da Despesa

Seguidamente, apresentamos o resumo da execução das despesas segundo as principais rubricas para compreendermos melhor o resultado assinalado.

Resumo da Execução da Despesa

RUBRICAS	2009	2010	2011	DIFERENÇA	VARIAÇÃO
01 DESPESAS COM PESSOAL	2.442.656,53	2.266.570,65	2.092.536,23	-174.034,42	-7,68%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.815.421,83	1.399.396,85	1.539.510,67	140.113,82	10,01%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	149.424,33	55.248,61	56.951,81	1.703,20	3,08%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	945.939,50	837.253,82	936.637,69	99.383,87	11,87%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	203.219,15	198.609,47	222.755,54	24.146,07	12,16%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	5.556.661,34	4.757.079,40	4.848.391,94	91.312,54	1,92%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.161.545,43	2.699.783,63	2.787.767,76	87.984,13	3,26%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	238.181,78	230.260,99	149.652,35	-80.608,64	-35,01%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	6.125,00	1.225,00		-1.225,00	-100,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	468.519,86	563.244,51	543.245,71	-19.998,80	-3,55%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	65.323,40	70.627,20	3.457,83	-67.169,37	-95,10%
TOTAL DESPESAS CAPITAL	4.939.695,47	3.565.141,33	3.484.123,65	-81.017,68	-2,27%
TOTAL GERAL	10.496.356,81	8.322.220,73	8.332.515,59	10.294,86	0,12%

Analisando os dados deste mapa, verificamos o seguinte:

DEPESAS CORRENTES

Despesas com pessoal – Apresentam uma diminuição de 174.034,42€¹², com diferentes variações: aumentaram em 36.356,76€¹³ as remunerações com “Pessoal dos Quadros” e diminuíram em -104.136,89€ as remunerações do pessoal em regime de contrato a termo certo. Aumentaram os encargos com contratos de tarefa e avença em 6.796,00€¹⁴, e, diminuíram algumas rubricas, tais como, do “Pessoal em qualquer outra situação” (-17.314,56€), nas “Despesas de representação” (-2.812,32€), nos “Abonos variáveis ou eventuais” (-7.020,46€¹⁵), em “Segurança social” (-44.600,28€). Neste último grupo, com variações diferentes. Os “Encargos com a saúde” aumentaram 55.122,75€. Por outro lado, dentro desse mesmo grupo, diminuíram: o “Subsídio familiar” (-7.065,54€); os encargos com as “Contribuições para a segurança social” (-73.472,47€), quer para a CGA como para o CRSS, mas, com a maior redução devido à extinção da ACASA.

¹² Em 2010 = 176.085,88€

¹³ Novos CTTI – Técnico Superior - Psicologia (1); Técnico de Informática (1); Fiscal Municipal (1); Assistentes Operacionais (5 auxiliares)

¹⁴ Contrato de tarefa – Apresentar processo para a candidatura da “Criação do Museu Municipal de Sever do Vouga” (11.632,00€)

Por último, constatarem-se reduções: nos encargos com “Pensões” (-9.590,95€) e com “Seguros” (-9.880,32€) - de acidentes de trabalho e pessoais.

Aquisição de bens e serviços – Verificou-se um aumento nas despesas desta natureza (+140.113,82€), com uma redução na aquisição de bens (-12.184,13€) e um aumento na aquisição de serviços (+152.297,95€), esta última, influenciada pelos “Transportes” (+68.010,44€) – escolares e Serverin; pelos “Estudos, pareceres, projetos e consultadoria” (+12.909,39€)¹⁶; por “Vigilância e segurança” (+14.972,51€); pela “Assistência técnica” (+15.436,67€); por “Serviços de saúde” (+6.780,32€); pelos “Encargos de cobrança de receitas” (+19.444,75€) – de impostos; em “Outros serviços” (+34.578,67€). Isto é, nas aquisições de serviços constatou-se um aumento generalizado nos pagamentos realizados.

No entanto, será mais adequado analisar a evolução dos custos - Relatório de Gestão Patrimonial - para aferirmos qual a evolução dos encargos desta natureza.

Juros e Outros encargos – Constatou-se um ligeiro aumento nas despesas desta natureza no valor de 1.703,20€.

Transferências Correntes - As transferências correntes aumentaram 99.383,87€ (+11,9%). O esforço financeiro para apoiar as actividades das diversas entidades - publicas e privadas - foi significativo, como demonstram os documentos através de transferências que ascenderam a 936.637,69€:

04.01.01.01	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais ¹⁷	26.461,06€
04.01.02	Sociedades (Cooperativa)	500,00€
04.03	Fundos e Serviços Autónomos (DGAL)	7.072,00€
04.05.01.02	Freguesias	132.477,69€
04.05.01.04	Associações de Municípios	25.528,28€
04.07	Instituições s/ fins lucrativos	371.438,83€
04.08	Famílias	373.159,83€

Os maiores aumentos ocorreram em: Instituições sem fins lucrativos (coletividades + 32.597,38€) e Famílias (Incentivos escolares + 86.927,73€).

¹⁵ Horas extraordinárias (-10.361,18€); Ajudas de custo e prémios (-980,02€); Abono para falhas (-731,79€)

¹⁶ Habitar (+18422,03€); Castanea Sativa (+5172,48€)

¹⁷ Vougapark 15.000€; ADRA 10.463,65€; Municipia 997,41€

Outras despesas correntes – Esta rubrica da despesa, relacionada com atividades evidenciadas no Plano de Actividades – FICAVOUGA, Semana Gastronómica, Festas Natalícias e Passeio dos Idosos, em termos globais, sofreu um aumento de 24.146,07€ (+12,2%).

DEPESAS DE CAPITAL

As despesas desta natureza sofreram uma redução de 81.017,68 (-2,3%), refletida mais nas “Transferências de Capital” (-80.608,64€), nos “Ativos financeiros” (-1.225,00€), nos “Passivos financeiros” (-19.998,80€) e em “Outras despesas de capital” (-67.169,37€).

Por outro lado, constatou-se um aumento nos pagamentos realizados com a “Aquisição de bens de capital” (+87.984,13€).

Quanto às "Transferências de Capital" apesar da redução, constata-se ainda um esforço financeiro, designadamente realizado no apoio a algumas entidades, refletindo a manutenção de alguns apoios assumidos ao investimento:

Empresas Privadas	Fénicia	9.000,00€
Freguesias	Silva Escura e Talhadas	14.555,92€
Associações de Municípios	CIRA/Polis Litoral Ria Aveiro	11.545,06€
Instituições s/ fins lucrativos	Associações:	114.551,37€
15.000,00€ - Desporto	62.160,00€ - Ação Social	
7.391,37€ - Cultura	30.000,00€ - Religiosas	

2.2.3. – Saldo da gerência - Orçamental

As disponibilidades financeiras do Município de Sever do Vouga, colocadas à disposição do executivo na gerência de 2011, foram as seguintes:

		Valores em € (Euros)
Saldo da gerência anterior (2010)		508.605,86 €
Receita cobrada na gerência		8.187.644,47 €
	SOMA	8.696.250,33 €
Despesa efectuada na gerência		8.332.515,59 €
Saldo que transita para a gerência seguinte (2012)		363.734,74 €

2.2.4. – Poupança Corrente

	2010	2011
Receitas Correntes	5.968.539,08 €	6.101.560,35 €
Despesas Correntes	4.757.079,40 €	4.848.391,94 €
Diferença (Poupança Corrente)	1.211.459,68 €	1.253.168,41 €

Apesar das adversidades apresentadas, designadamente na redução das receitas, principalmente, nas de capital, a poupança corrente aumentou 41.708,73 €, crescendo nos últimos dois anos, o que se traduz num bom sinal. Este resultado deveu-se ao aumento superior nas receitas correntes, maior que o aumento nas despesas dessa natureza.

Esta poupança habitualmente é utilizada no investimento, ou seja, serve para compensar o desvio constatado na arrecadação das receitas de capital.

2.2.5. – Relação Receitas e Despesas de Capital

	2010	2011
Receitas de Capital	2.159.203,88 €	2.086.084,12 €
Despesas de Capital	3.565.141,33 €	3.484.123,65 €
Diferença	-1.405.937,45 €	-1.398.039,53 €

Ao compararmos a receita com a despesa da mesma natureza, continuamos a verificar que foi canalizada a poupança corrente¹⁸ (1.253.168,41€) deste ano económico, mais uma parte do saldo da poupança corrente de anos anteriores¹⁹, para as despesas de capital (na maior parte destinadas ao investimento).

¹⁸ Poupança Corrente = Receita Corrente – Despesa Corrente

¹⁹ Saldo da Gerência Anterior

3. – RECURSOS HUMANOS - DESPESAS COM O PESSOAL

A 31 de Dezembro de 2011, era **124** o número de trabalhadores ao serviço da autarquia, distribuídos pelos seguintes vínculos:

Contrato por tempo indeterminado ²⁰	116
Contrato por tempo determinado (Termo Certo)	8

A redução deveu-se aos seguintes motivos:

Licença sem remuneração longa duração	2
Licença sem remuneração até 1 ano	1
Aposentação	1

Mapa comparativo - 2010 / 2011, por Grupo de Pessoal

GRUPO DE PESSOAL	Dez-10				Dez-11				DESVIOS			
	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *
Pessoal do GAP				1				1				
Pessoal Dirigente	1				1							
Pessoal Técnico Superior		10	4			11	4			1		
Coordenador Técnico		4				4						
Assistente Técnico		22	2			21	1			-1	-1	
Pessoal de Informática		1				2				1		
Fiscal Municipal						1				1		
Fiscal de Obras		1								-1		
Coordenador Operacional		1				1						
Assistente Operacional		70	11			74	3			4	-8	
SUB-TOTAIS	1	109	17	1	1	114	8	1		5	-9	
TOTAL GERAL		128				124				-4		

A despesa total da rubrica de Pessoal²¹ atingiu o montante de **2.092.536,23€**, menos **7,68%** do que o valor despendido em 2010 (2.266.570,65€), apresentando uma variação idêntica e superior à do ano anterior (-7,21%).

RÁCIOS	2009	2010	2011	Δ
PESSOAL / DESPESA CORRENTE	43,96%	47,65%	43,16%	-4,49%
PESSOAL / DESPESA TOTAL	23,27%	27,24%	25,11%	-2,12%
PESSOAL / RECEITA CORRENTE	37,63%	37,98%	34,30%	-3,68%
PESSOAL / RECEITA TOTAL	22,25%	27,89%	25,56%	-2,33%

²⁰ Inclui Comissão de Serviço (Director) e Pessoal em qualquer outras situação (GAP).

DESPESAS CORRENTES - PESSOAL 2011

(valores em Euros)

CLASSIFICAÇÃO	RÚBRICAS	DESPESA			Δ 2010/2011
		2009	2010	2011	
01	DESPESAS COM O PESSOAL	2.442.656,53	2.266.570,65	2.092.536,23	-7,68%
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	1.812.041,72	1.745.760,40	1.623.346,72	-7,01%
01.01.01	TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS ...	112.365,35	134.758,32	121.737,12	
01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS				
01.01.04.01	PESSOAL DOS QUADROS - R. DA FUNÇÃO PÚBLICA	966.005,66	955.776,56	943.690,91	
01.01.04.04	RECRUTAMENTO PESSOAL PARA NOVOS POSTOS TRABALHO			48.442,41	
01.01.05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS				
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	236.131,61	191.887,96	87.751,07	
01.01.06.01	PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO	236.131,61	191.887,96	80.542,19	
01.01.06.02	RECRUTAMENTO PESSOAL PARA NOVOS POSTOS TRABALHO			7.208,88	
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	11.196,00	4.836,00	11.632,00	
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	9.268,36	218,12	79,90	
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	45.025,56	38.843,46	21.528,90	
01.01.10	GRATIFICAÇÕES				
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	28.689,40	34.575,81	31.763,49	
01.01.11.01	MEMBROS DOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS	25.134,64	30.886,23	28.343,46	
01.01.11.02	PESSOAL DOS QUADROS	3.554,76	3.689,58	3.420,03	
01.01.11.03	OUTROS				
01.01.12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS				
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	134.648,98	132.033,59	118.735,89	
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	227.282,48	220.285,44	215.762,34	
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MAT. / PAT.	41.428,32	32.545,14	22.222,69	
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	73.498,61	70.144,67	63.124,21	-10,01%
01.02.01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS				
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	43.366,14	37.546,31	27.185,13	
01.02.03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO				
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO E PRÉMIOS	2.684,04	3.942,02	2.962,00	
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	4.991,16	5.650,78	4.918,99	
01.02.06	FORMAÇÃO				
01.02.12	INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		5.492,16	13.017,17	
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	22.397,27	17.513,40	15.040,92	
01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO E ESPÉCIE	60,00			
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	557.116,20	450.665,58	406.065,30	-9,90%
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	158.117,32	65.155,40	120.278,15	
01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE				
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	22.462,02	19.616,80	12.551,26	
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	5.264,56	713,76	713,76	
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA DOENÇA FUNC. PÚBLICOS (ADSE)			286,25	
01.03.05.02	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	347.215,05	318.923,19	245.450,72	
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	88.483,00	171.822,78	163.000,82	
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	180.878,62	85.744,41	82.449,90	
01.03.05.02.03	OUTROS	77.853,43	61.356,00		
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS				
01.03.07	PENSÕES DE RESERVA				
01.03.08	OUTRAS PENSÕES	10.371,64	20.274,09	10.683,14	
01.03.09	SEGUROS	13.685,61	25.982,34	16.102,02	
01.03.09.01	SEGURO ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	13.685,61	25.982,34	16.102,02	
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL				

4. - LIMITES DOS ENCARGOS COM O PESSOAL

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado (RCTTI) ou determinado (RCTTD), e com os encargos inerentes à segurança social.

Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário, vestuário, artigos pessoais e abonos diversos.

Antes, teríamos de respeitar os limites fixados no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril²², com a redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, que estabeleciam o seguinte:

“1 - as despesas com o pessoal do quadro (CTTI) não podem exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício”, e

2 - as despesas com o pessoal pagas pela rubrica “Pessoal em qualquer outra situação” (CTTD), não poderão exceder 25% do limite de encargos referidos anteriormente”, isto é, das despesas com o pessoal do quadro.

Embora não haja essa obrigação, será aconselhável continuarmos a analisar a evolução desses encargos, considerando os mesmos dados apenas como limites.

Assim, sabendo que, a Receita Corrente cobrada no ano de 2010, foi de 5.968.539,08€, os **limites máximos de despesa com o pessoal no ano de 2011**, teriam de ser os seguintes (valores em Euros):

	Limite máximo de despesas com pessoal	Despesas com pessoal, em 2010	Despesas com pessoal, em 2011, a considerar para o limite
RCTTI	3.581.123,45 €	1.892.944,00 €	1.935.201,76 €
RCTTD	895.280,86 €	373.626,65 €	157.334,47 €
Total	4.476.404,31 €	2.266.570,65 €	2.092.536,23 €

Em relação aos limites máximos, os valores são:

Pessoal Contratado por Tempo Indeterminado

Anos	Receita corrente do ano anterior	Limite de 60%	Despesa pessoal do quadro	% utilizada das Receita Corrente	% do Limite
2009	6.491.873,69 €	3.895.124,21 €	1.977.917,66 €	30,47%	50,78%
2010	5.968.539,08 €	3.581.123,45 €	1.892.944,00 €	31,72%	52,86%
2011	6.101.560,35 €	3.660.936,21 €	1.935.201,76 €	31,72%	52,86%

Pessoal Contratado por Tempo Determinado (Termo Certo)

Anos	Receita corrente do ano anterior	Limite de 15%	Despesa pessoal além do quadro	% utilizada das Receita Corrente	% do Limite
2009	6.491.873,69 €	973.781,05 €	464.738,87 €	7,16%	47,73%
2010	5.968.539,08 €	895.280,86 €	373.626,65 €	6,26%	41,73%
2011	6.101.560,35 €	915.234,05 €	157.334,47 €	2,58%	17,19%

Nota: 25%(Limite com despesas com pessoal em RCTTI) = 15%(Receita Corrente)

Estes valores são meramente indicativos e servem de apoio à gestão.

²² Revogado em 2009, através do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro

5. – Endividamento e Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos

Nos termos da anterior Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007 – o endividamento autárquico deverá ser analisado de acordo com três limites – do endividamento líquido, dos empréstimos e débitos a terceiros.

5.1. – Dívidas de Curto Prazo

A Câmara encerrou a gestão de 2011 com dívidas a curto prazo reconhecidas num total de 821.037,20€, referentes a encargos assumidos e não pagos registados até 31/12/2011, assim distribuídos:

CONTAS	TOTAL	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	> 180 dias
22.1 Fornecedores c/c	199.740,07 €	172.492,38 €	20.340,09 €	6.907,60 €	
26.1 Fornecedores de Imobilizado c/c	610.389,71 €	523.512,31 €	86.877,40 €		
26.8 Outros Credores	10.907,42 €	10.907,42 €			
Soma	821.037,20 €	706.912,11 €	107.217,49 €	6.907,60 €	

Surge, portanto, o primeiro limite²³ a apreciar nos termos do n.º 9, do art.º 38º da L.F.L., como se exemplifica:

CONTAS	DÍVIDA	1/3
22.1 Fornecedores c/c	199.740,07 €	66.580,02 €
26.1 Fornecedores de Imobilizado c/c	610.389,71 €	203.463,24 €
26.8 Outros Credores	10.907,42 €	3.635,81 €

Como se pode constatar, não há dívidas com prazo superior a seis meses. Apenas aparecem 6.907,60€ até 180 dias, referente aos honorários do gabinete que elaborou os projetos da Regeneração e deveria prestar os demais serviços de fiscalização e acompanhamento das empreitadas desse projeto.

Em termos globais, apesar da evolução nas receitas, constatou-se uma diminuição dos "Encargos assumidos e não pagos" em 517.357,61 €, reduzindo em todas as rubricas: Fornecedores c/c (-243.676,02€); em "Fornecedores de Imobilizado c/c²⁴" (-262.545,73€), bem como, em "Outros credores" (-11.135,86€).

²³ 9 - No caso de débitos a terceiros que ultrapassem, **por credor ou fornecedor**, em 31 de Dezembro de cada ano, **um terço** do montante global dos **créditos de idêntica natureza** e que exista **há mais de seis meses**, deve a câmara municipal apresentar à assembleia municipal, juntamente com as contas anuais, uma informação fundamentada e um plano de resolução do referido crédito, no período de um ano, nunca ultrapassando o final do mandato dos referidos órgãos autárquicos.

²⁴ Na maior parte - Empreiteiros.

5.2. – Evolução do Endividamento – Médio e Longo Prazos

No decurso da gerência não foram contratados empréstimos. Apenas foram realizadas amortizações. Durante o ano económico de 2011, registaram-se os seguintes pagamentos referentes aos empréstimos de médio e longo prazo:

- juros no montante de 52.232,00€ (valor ligeiramente superior ao de 2010);
- amortizações no montante de 543.245,71€.

Dívida (em 31/12/2010)	3.757.137,26 €
Aumento da dívida – empréstimos	0,00 €
Diminuição da dívida – amortizações	543.245,71 €
Dívida (em 31/12/2011)	3.213.891,55 €

Surge, agora, o segundo limite²⁵ a apreciar nos termos do n.º 2, do art.º 39º da L.F.L., como se exemplifica:

$$\sum \text{Empréstimos} \leq \sum \text{Receitas (Impostos Municipais, FEF, participação no IRS, dividendos e derrama)}$$

Para cálculo do segundo e terceiro limites de endividamento, teremos de considerar a receita líquida do ano anterior.

Portanto, teremos:

(Dados de 2010)

RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	1.150.432,72	38.499,45	1.111.933,27
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	687.399,94	24.064,70	663.335,24
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	289.651,57	10.059,57	279.592,00
Imposto Único de Circulação (IUC)**	172.341,63	4.308,49	168.033,14
Contribuição Autárquica	231,53	46,49	185,04
Imposto Municipal de Sisa	808,05	20,20	787,85
DERRAMA*	170.369,85		170.369,85
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	1.320.802,57	38.499,45	1.282.303,12
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-	
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2010)	-	-	5.284.900,00
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	6.567.203,12

Sabendo-se que o endividamento de médio e longo prazo não pode ser superior a **6.567.203,12€**, por comparação com a dívida acima indicada de 3.213.891,55€, conclui-se que foi esgotado 48,94% (56,5% em 2010) do valor de dívidas com empréstimos de médio e longo prazo, podendo o Município, neste contexto, contrair empréstimos desta natureza em mais 3.353.311,57€.

²⁵ Art.º 39º n.º 2 - O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

5.3. – Endividamento total (2009/2010/2011)

Informação Financeira				
ANOS	2009	2010	2011	Δ
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	4.320.381,77 €	3.757.137,26 €	3.213.891,55 €	-14,46%
Fornecedores de Imobilizado mlp	90.754 €	79.801,66 €	68.842,98 €	-13,73%
Curto Prazo				
Empréstimos de Curto Prazo	0 €	0 €	0 €	
Encargos Assumidos e Não Pagos	1.477.940,08 €	1.338.394,81 €	821.037,20 €	-38,66%
Endividamento Total	6.361.196,82 €	5.175.333,73 €	4.103.771,73 €	-20,71%

(Ver Passivo - Ponto 8.2.2 Parte II)

5.4. – Endividamento Líquido

Agora, resta efetuar uma apreciação com base neste conceito – do endividamento líquido - considerado neste documento como o terceiro limite²⁶ a ponderar no âmbito da nova Lei das Finanças Locais.

$$\text{Endividamento Líquido} = \sum \text{Passivos} - \sum \text{Activos}$$

$\sum \text{Passivos} = \sum (\text{empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores})$

$\sum \text{Activos} = \sum (\text{saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros})$

Nos termos do art.º 37.º o endividamento líquida com referência a 31 de Dezembro de cada ano, não poderá ser superior a 125% do somatório das Receitas indicadas e calculadas no ponto 5.2. da página anterior.

$$\text{Limite [Endividamento Líquido } \leq 125\%(\sum \text{Receitas}) \text{]}$$

Assim, no final do ano de 2011, o Limite de Endividamento Líquido admitido para esta autarquia seria de 8.209.003,90€, assim calculado:

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	6.567.203,12 €	X 125 % =	8.209.003,90 €
--	----------------	------------------	-----------------------

Considerando os valores evidenciados no Balanço²⁷ teremos:

	Passivos	Activos	Dívida Excepcionada	Limite
Endividamento Líquido	= 5.379.238,70	- 3.272.423,36	- 169.911,57	= 1.936.903,77

²⁶ At.º 36º, n.º 1 - O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

²⁷ Endividamento Líquido de 2010 = 3.182.270,00€ (Fonte DGAL)

Verificamos, então, que o Endividamento Líquido deste município, em 31/12/2011, é inferior ao limite referido naquela norma em 6.272.100,13€²⁸.

Embora a Lei das Finanças Locais estabeleça regras quanto ao endividamento da autarquia, sabemos que, devido à conjuntura económica da actualidade, outras regras mais rígidas foram impostas através da Lei do Orçamento de Estado para 2011 - Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro - que no seu art.º 53º refere que o endividamento calculado nos termos da LFL²⁹ "não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010". Esta norma foi alterada pelo artigo 2.º da Lei n.º 60-A/2011, de 30 de Novembro, passando a constar que "não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010".

O endividamento líquido em 31/12/2010 foi de 3.182.270€. No quarto trimestre de 2011 o endividamento líquido apresenta o valor de 1.936.903,77€, pelo que se verifica uma redução elevada neste fator.

Durante o ano de 2011, trimestralmente, foi calculado o valor do "Endividamento líquido" para acompanhamento da sua evolução, tendo o executivo tomado medidas adicionais, para além da racionalização de custos que foi feita em diversos serviços, sectores e atividades.

Conforme foi aprovado na Lei do Orçamento de Estado de 2012 (art.º 66º da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de Dezembro), para o ano económico de 2012 teremos de efetuar o mesmo controlo da dívida, porque o endividamento líquido no final do ano não pode ser superior a 1.936.903,77€.

Porque, no caso de ser ultrapassado aquele valor, determina uma redução nas transferências da Administração Central de montante igual ao que exceder, conforme refere o n.º 4 do art.º 5º da LFL.

6. – Grandes Opções do Plano - Análise

6.1. – Execução das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano 2010/2013 (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PAM – Plano de Actividades Municipal – Plano de Outras Actividades Relevantes), **para o ano de 2011**, previa uma dotação inicial definida no montante de 5.059.530€, tendo a dotação definida final atingido o montante de 6.041.430€.

²⁸ Em 2010 a margem era de 4.432.391,05€

²⁹ Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 e Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril

Da dotação final foram realizados pagamentos no valor de 3.723.007,28€ (execução financeira), reportados a 31/12/2011, correspondendo, a 61,62% da dotação final prevista (74% da dotação inicialmente prevista).

No quadro seguinte, apresenta-se uma relação das despesas efectuadas no âmbito das Grandes Opções do Plano, por objectivos, reportadas a 31/12/2011.

RESUMO DAS DESPESAS PAGAS, POR FUNÇÕES DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO / 2009-2013

- Ano Económico de 2011 -

OBJECTIVOS	PPI	PAM	GOP	%
1. - FUNÇÕES GERAIS	45.669,19	0,00	45.669,19	1,23%
1.1. – Serviços Gerais da Administração Pública				
1.1.1. – Administração Geral	45.669,19		45.669,19	1,23%
1.2. – Segurança e Ordem Públicas				
1.2.1. – Proteção Civil e Luta contra Incêndios				
2. - FUNÇÕES SOCIAIS	1.150.144,80	71.256,33	1.221.401,13	32,81%
2.1. - Educação	887.301,07	0,00	887.301,07	23,83%
2.1.1. – Ensino não Superior	887.301,07		887.301,07	23,83%
2.1.2. – Serviços auxiliares de ensino				
2.2. - Saúde	0,00	0,00	0,00	
2.2.1. - Serviços individuais de saúde				
2.3. – Segurança e Ação Social	4,86	38.357,84	38.362,70	1,03%
2.3.2. – Ação Social	4,86	38.357,84	38.362,70	1,03%
2.4. – Habitação e Serviços Coletivos	198.946,73	0,00	198.946,73	5,34%
2.4.1. - Habitação	5.430,39		5.430,39	0,15%
2.4.2. – Ordenamento do Território	25.645,69		25.645,69	0,69%
2.4.3. - Saneamento	54.047,80		54.047,80	1,45%
2.4.4. – Abastecimento de Água	46,70		46,70	0,00%
2.4.5. – Resíduos Sólidos	8.166,01		8.166,01	0,22%
2.4.6. – Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	105.610,14		105.610,14	2,84%
2.5. – Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	63.892,14	32.898,49	96.790,63	2,60%
2.5.1. - Cultura	49.750,31	32.898,49	82.648,80	2,22%
2.5.2. – Desporto, Recreio e Lazer	14.141,83		14.141,83	0,38%
3. – FUNÇÕES ECONÓMICAS	1.604.639,86	167.399,04	1.772.038,90	47,60%
3.2. – Indústria e Energia	5.414,64		5.414,64	0,15%
3.3. – Transportes e Comunicações				
3.3.1. – Transportes Rodoviários	1.563.727,51	19.386,60	1.583.114,11	42,52%
3.3.2. – Transportes Aéreos				
3.4. – Comércio e Turismo				
3.4.1. – Mercados e Feiras			0,00	
3.4.2. - Turismo	35.497,71	148.012,44	183.510,15	4,93%
4. – OUTRAS FUNÇÕES	683.898,06	0,00	683.898,06	18,37%
4.1. – Operações da Dívida Autárquica	543.245,71		543.245,71	14,59%
4.2. – Transferências entre Administrações	140.652,35		140.652,35	3,78%
4.3. – Diversas não especificadas				
TOTAL	3.484.351,91	238.655,37	3.723.007,28	100,00%

6.2. – Plano Plurianual de Investimentos

No ano de 2010, foram pagos encargos assumidos com a aquisição de bens de investimento num total de **2.787.767,76€**, devidamente discriminados no mapa que se segue, por rubricas e subrubricas, por onde foram classificadas as respectivas despesas, evidenciando um aumento nos pagamentos de bens de investimento no valor de **87.984,13€**, em comparação com o ano transacto.

No quadro seguinte apresenta-se a sua evolução durante três anos 2009, 2010 e 2011.

INVESTIMENTOS – Aquisição de bens de investimento

ANOS	2009	2010	2011
07 - INVESTIMENTO			
07.01.01 – Terrenos e recursos naturais	112.510,00	169.531,05	264.414,90
07.01.02 - Habitação	8.360,87	11.389,16	5.430,39
07.01.02.01 - Construção			
07.01.02.03 - Reparação e beneficiação	8.360,87	11.389,16	5.430,39
07.01.03 - Edifícios	734.526,90	415.264,28	902.785,89
07.01.03.01 - Instalações de serviços	301.948,09	108.341,80	6.303,76
07.01.03.05 - Escolas	12.884,59	229.784,49	855.584,59
07.01.03.99 - Outros	419.694,22	77.137,99	40.897,54
07.01.04 - Construções diversas	2.562.108,42	1.555.356,52	1.460.974,88
07.01.04.01 - Viadutos, arruam. obras complementares	17.696,81	216.376,45	169.982,32
07.01.04.02 - Esgotos	44.689,61	4.807,20	36.827,80
07.01.04.04 - Iluminação pública	47.688,24	25.610,54	5.414,64
07.01.04.05 - Parques e jardins			
07.01.04.06 - Instalações recreativas e desportivas	145.597,11	84.884,48	7.232,40
07.01.04.07 - Captação, tratamento e distribuição de água	40.862,47	76.580,69	46,70
07.01.04.08 - Viação rural	2.204.514,98	1.132.919,97	1.055.579,65
07.01.04.09 - Sinalização e trânsito	14.030,33	9.091,47	11.986,57
07.01.04.12 - Cemitérios	114,05		
07.01.04.99 - Outros	46.914,82	5.085,72	173.904,80
07.01.06 - Equipamento de transporte	221.418,41	164.462,99	36.611,88
07.01.07 - Equipamento de Informática	81.720,15	55.873,28	5.821,24
07.01.08 - Software Informático	51.667,01	19.702,36	6.707,02
07.01.09 - Equipamento Administrativo	45.060,26	47.390,15	3.563,69
07.01.10 - Equipamento básico	244.155,14	47.283,46	54.717,68
07.01.13 - Investimentos Incorpóreos		11.976,00	
07.01.15 - Outros Investimentos	100.018,27	201.554,38	46.740,19
07 – AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	4.161.545,43	2.699.783,63	2.787.767,76
Variação		-35,13%	3,26%

7. – Conclusões

Analisando os dados apresentados nestes documentos, podemos acrescentar e retirar as seguintes ilações:

i) A conjuntura económica actual, com um elevado défice orçamental, provocou a aprovação de medidas de correcção, designadamente através dos instrumentos aprovados: Orçamento de Estado, Lei de Execução Orçamental e nos Programas de Estabilidade e Crescimento. Aqueles vêem-se reflectidos nas demonstrações financeiras da autarquia, mais concretamente ao nível da realização de receitas - menos impostos, taxas e outras receitas;

ii) Como é do conhecimento geral, as transferências da administração central também sofreram reduções no mesmo contexto;

iii) Também, uma parte da variação constatada, resultou na aprovação e consolidação das candidaturas e projectos apresentados ao QREN, tais como:

- Construção dos Centros Escolares de Rocas do Vouga e Couto de Esteves;
- O projecto da "Regeneração Urbana", onde as ações tiveram o seu início no ano económico de 2011, quer fisicamente como financeiramente, podendo alterar alguns dos resultados evidenciados neste documento.

Para além das situações descritas nas alíneas anteriores, será bom realçar e sublinhar que, através da associação (AGIM), da empresa municipal (Vougapark) e da empresa (Polis Ria de Aveiro) foram realizadas ações ou irão ser promovidos projectos que, por via indirecta, deveriam ser considerados nestes dados, porque aquelas intervenções estão a ser realizadas no concelho e aumentarão o património do Município:

- AGIM: "Feira do Mirtilo", Animação e Iluminação de Natal e outras acções;
- VOUGAPARK: Complexo de Paradela (Parque Tecnológico e de Inovação);
- POLIS RIA DE AVEIRO: "Recuperação da Estação de Paradela" e "Praia Fluvial".

Seguidamente, apresentamos a apreciação de toda a informação financeira numa óptica patrimonial.